

**Crise capitalista, avanço reacionário e os desafios para as pedagogias marxistas:
40 anos de Escola e Democracia**

**Capitalist crisis, reactionary advance and the challenges for marxist pedagogies: 40
years of School and Democracy**

**Crisis capitalista, avance reaccionario y los desafíos para las pedagogías
marxistas: 40 años de Escuela y Democracia**

José Claudinei Lombardi¹



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17546>

Resumo: O texto decorre da participação na mesa redonda com o tema: “O avanço da extrema direita e os desafios das Pedagogias Marxistas hoje”, realizada no dia 30 de outubro de 2023, na XVI Jornada do Histedbr, realizada em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba (entre os dias 30 de outubro a 01 de novembro de 2023). O tema central dessa XVI jornada do Histedbr foi o 40º ano do livro “Escola e Democracia: contribuição histórica e novos desafios”, de Dermeval Saviani. A mesa redonda faz a articulação de dois aspectos: o avanço da extrema direita e os desafios que esse avanço coloca para as Pedagogias Marxistas. Busquei tratar, aqui, essas duas questões, a partir dos estudos que tenho feito e que me remetem para as profundas crises estruturais do capitalismo e que é um processo a um só tempo destrutivo - do modo de produção capitalista -, mas também de transição para um novo modo de produzir a vida material, social e espiritual. Nesse processo histórico, como parte da totalidade histórico-social, está a educação, que cumpre igualmente um papel contraditório. Nesse processo histórico, a educação não tem uma posição de determinação dos rumos da transformação, mas isso não significa que não tenha um papel importante, formando as novas gerações em conformidade com os interesses contraditórios e que se expressam nas lutas entre as classes fundamentais da sociedade burguesa - quer para aprofundar a alienação (na perspectiva do capital) ou para a formação crítica das novas gerações (na perspectiva da transformação histórica e da formação crítica). É nesse aspecto que o livro “Escola e Democracia” é importante, pois foi a partir da análise dos limites das teorias educacionais que Saviani fez a proposta de uma teoria educacional histórico-crítica.

Palavras-chave: Crise estrutural do capitalismo. Transição para o comunismo. Marxismo e educação. Pedagogia histórico-crítica.

¹ Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9792876515583843>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3552-941X>. Contato: zezo@unicamp.br



Abstract: The text arises from participation in the round table with the theme: “The advancement of the extreme right and the challenges of Marxist Pedagogies today”, held on October 30, 2023, at the XVI Jornada do Histedbr, held in João Pessoa, at the Federal University of Paraíba (between October 30th and November 1st, 2023). The central theme of this 16th Histedbr journey was the 40th year of the book *Escola e Democracia: historical contribution and new challenges*, by Dermeval Saviani. Regarding the round table, it articulates two aspects: the advance of the extreme right and the challenges that this advance poses for Marxist Pedagogies. I sought to address these two issues from the studies I have carried out and which take me to the deep structural crises of capitalism and which is a process that is both destructive - of the capitalist mode of production - but also of transition to a new way of producing material, social and spiritual life. In this historical process, as part of the historical-social totality, is education, which also plays a contradictory role. In this historical process, education does not have a position in determining the direction of transformation, but this does not mean that it does not play an important role, training new generations in accordance with contradictory interests and which are expressed in struggles between the fundamental classes of bourgeois society. - either to deepen alienation (from the perspective of capital) or for the critical formation of new generations (from the perspective of historical transformation and critical formation). And it is in this aspect that the book *Escola e Democracia* is important, as it was from the analysis of the limits of educational theories that Saviani proposed a historical-critical educational theory.

Keywords: Structural crisis of capitalism. Transition to communism. Marxism and education. Historical-critical pedagogy.

Resumen: El texto surge de la participación en la mesa redonda con el tema: “El avance de la extrema derecha y los desafíos de las Pedagogías Marxistas hoy”, realizada el 30 de octubre de 2023, en la XVI Jornada do Histedbr, realizada en João Pessoa, en la Universidad Federal de Paraíba (entre el 30 de octubre y el 1 de noviembre de 2023). El tema central de este 16º viaje Histedbr fue el 40º año del libro *Escola e Democracia: aporte histórico y nuevos desafíos*, de Dermeval Saviani. En cuanto a la mesa redonda, articula dos aspectos: el avance de la extrema derecha y los desafíos que ese avance plantea para las Pedagogías Marxistas. Estos dos temas busqué abordar a partir de los estudios que he realizado y que me llevan a las profundas crisis estructurales del capitalismo y que es un proceso que es a la vez destructivo -del modo de producción capitalista- pero también de transición hacia una nueva forma de producir vida material, social y espiritual. En este proceso histórico, como parte de la totalidad histórico-social, está la educación, que también juega un papel contradictorio. En este proceso histórico, la educación no tiene un papel en la determinación del rumbo de la transformación, pero eso no significa que no juegue un papel importante, formando a las nuevas generaciones de acuerdo con intereses contradictorios y que se expresan en luchas entre las clases fundamentales. de la sociedad burguesa, ya sea para profundizar la alienación (desde la perspectiva del capital) o para la formación crítica de las nuevas generaciones (desde la perspectiva de la transformación histórica y la formación crítica). Y es en este aspecto que el libro *Escola e Democracia* es importante, pues fue a partir del análisis de los límites de las teorías educativas que Saviani propuso una teoría educativa histórico-crítica.

Palabras clave: Crisis estructural del capitalismo. Transición al comunismo. Marxismo y educación. Pedagogía histórico-crítica.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto decorre da participação na mesa redonda que teve por tema: “O avanço da extrema direita e os desafios das Pedagogias Marxistas hoje”, realizada no dia 30 de outubro de 2023, na XVI Jornada do Histedbr, em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba, entre os dias 30 de outubro a 01 de novembro de 2023, tendo como tema central o quadragésimo ano da publicação do livro “*Escola e Democracia: contribuição histórica e novos desafios*”, de Dermeval Saviani. Aparentemente, a mesa redonda que deu abertura ao evento não está ligada ao tema central do evento, o que não



é, entretanto, correto de se afirmar, uma vez que apresenta para o debate um contexto mais amplo no qual a referida obra surgiu e que ainda mantém grande atualidade, pois busca analisar os rumos contraditórios da educação no capitalismo, abrindo perspectiva para uma educação crítica e emancipatória para os filhos da classe trabalhadora e que, no Brasil, frequenta a escola pública.

O meu olhar sobre o tema desta mesa redonda buscará fazer a articulação de duas dimensões: por um lado, para o avanço da terceira crise estrutural do modo de produção capitalista e, com ela, da extrema direita e, por outro, para os desafios que esse avanço coloca para as pedagogias que emergem do marxismo, como concepção filosófica, científica e política. Penso que, no contraditório processo histórico do capitalismo monopolista, a educação não tem um papel de determinação dos rumos da transformação. Isso não significa, entretanto, que não tenha um papel importante tanto na inculcação da ideologia, das normas e valores e da disciplina para o trabalho que interessa à burguesia, mas também para a luta emancipatória das classes e frações das classes subalternas.

Cabe à educação e à sua forma institucional - a escola -, desde a modernidade, a formação das novas gerações, em conformidade com os interesses contraditórios e que se expressam nas lutas entre as classes fundamentais da sociedade burguesa - quer para aprofundar a alienação (na perspectiva do capital) ou para a formação crítica das novas gerações (na perspectiva da transformação histórica e da formação crítica). É nesse aspecto que o livro “Escola e Democracia” foi e continua sendo importante, pois foi a partir da análise dos limites das teorias educacionais que Saviani fez a proposta de uma teoria educacional histórico-crítica.

Diante dessa perspectiva, este texto está organizado em três partes: 1. Crises capitalistas, transição e o avanço da extrema direita; 2. Contradições da educação: educação para e pelo capital x educação crítica para o trabalhador e 3. Em busca de saídas: tendendo para a formação histórico-crítica. Em linhas gerais, o conteúdo de cada uma das partes será bastante resumido, muitas vezes de forma pontual, buscando dar conta da complexidade do tema, reportando-me aos textos em que se analisa, mais alargadamente, os conteúdos tratados.



2. CRISES CAPITALISTAS, TRANSIÇÃO E O AVANÇO DO EXTREMA DIREITA

O contexto histórico sobre o desenvolvimento contemporâneo é marcado pela profunda crise estrutural do modo de produção capitalista, na qual o capital busca garantir a continuidade da acumulação pela implementação do receituário neoliberal que, como se sabe, não camuflou que o melhor governo para a implementação das reformas preconizadas pelos Chicago Boys é um governo forte, com o controle centralizado da máquina governamental e política e, ideologicamente, conservador. Essa forma de governo, sem disfarces, é o ditatorial e não é por outro motivo que o Chile, sob a ditadura de Pinochet, foi o laboratório para a implementação prática do receituário de um Estado mínimo - para o social e o trabalhador, mas máximo para o capital e para a burguesia garantir o ápice da acumulação de capital².

Não é novidade a referência às crises capitalistas, nem mesmo que essas marcam o ingresso desse modo de produção num longo processo de transição, quando uma estrutura societária entra em processo de crise e destruição e, simultaneamente, um novo modo de produzir a vida material e imaterial está se estruturando no seu interior. Quanto mais a crise avança e com ela a transição, mais o capital precisa controlar o Estado para garantir a acumulação ao capital financeiro internacional. A pedra de toque do aparelhamento do Estado pelo capital financeiro internacional, pela burguesia nacional, tem sido possibilitada pelo avanço da extrema direita que é populista, nacionalista, moralista, religiosa, xenofóbica e que se declara contra o sistema, mas faz política o tempo todo. Enfim, ela é conservadora nos costumes e reacionária na política, conquistada pela ideologização das massas populares, pelos aparelhos ideológicos de estado (AIE), potencializados pelas mídias sociais, resultantes da revolução dos meios de comunicação, graças à microeletrônica e à internet - assunto que o grupo Histedbr tem se debruçado, inclusive em um evento específico, cujo livro está à disposição (Lombardi, 2016).

Sobre o capitalismo, é suficiente entendermos que é o modo de produção em que o capital, nas suas diferentes formas, é a relação dominante e determinante, seja como

² São inúmeros as matérias que tratam do assunto, mas apenas uma, produzida no calor da visita do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, ao Chile, sob a presidência de Sebastian Pinera, é ilustrativa: a matéria tem por título “Como a Escola de Chicago transformou o Chile em laboratório do neoliberalismo”, disponível no link: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/03/23/bolsonaro-no-chile-como-a-escola-de-chicago-transformou-pais-latino-americano-em-laboratorio-do-neoliberalismo.htm>. Acesso em: 17/12/22.



meio de produção, na forma de dinheiro ou crédito, na forma de maquinaria física, como prédios e instalações ou, até mesmo, na forma de estoques de bens, matérias-primas e mercadorias. Sob quaisquer das formas assumidas historicamente, a sua característica fundamental é que a propriedade privada do capital esteja nas mãos da classe burguesa, excluindo-se o restante da população (Bottomore, 1988, p. 51-54).

O capitalismo, então, passou por diferentes fases ou etapas de desenvolvimento histórico, cuja periodização decorre do referencial teórico-metodológico do autor. Para o marxismo, o desenvolvimento histórico é decorrência do incessante desenvolvimento das forças produtivas e da reorganização das relações de produção. De modo sintético, o verbete “capitalismo”, do “Dicionário do Pensamento Marxista”, sintetiza as seguintes fases da história do desenvolvimento capitalista: fase do capitalismo mercantil (do século XV ao século XVIII); em seguida veio a fase do capitalismo industrial, iniciada com a revolução industrial, com a introdução de máquinas movidas por energia não humana e o surgimento da grande indústria. A terceira e última fase é a do capitalismo dos monopólios, capitalismo financeiro ou imperialismo, iniciada no final do século XIX e vigente até os dias atuais. A formação de grandes empresas monopólicas foi possível com o advento da Segunda Revolução Industrial, quando os processos industriais de grandes bases e escala foram possíveis (Bottomore, 1988, p. 52-53).

Ainda que a ideologia burguesa busque eternizar as características do capitalismo industrial, é fato que, no final da década de 1830, a fase de crescimento deu lugar a uma recessão econômica que, do setor têxtil, expandiu-se para toda a economia. Após uma série de crises setoriais, ou conjunturais, ocorreu a primeira grande crise estrutural, com a quebra de inúmeras empresas. Era o início dos ciclos econômicos, com as suas fases de produção febril, saturação e estagnação – ou períodos de prosperidade, superprodução, crise e estagnação – demarcados por crises mais ou menos profundas (Marx, 1982, p. 734). No bojo desse processo, prosperaram as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis, enfim, “o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (Marx, 1982, p. 873).

Foi a partir de então que o capital financeiro se formou, em decorrência da fusão do capital bancário com o industrial e que foi se tornando hegemônico sobre os demais, impondo a sua lógica de acumulação. Como processo gerador de ciclos, as crises se transformaram em instrumento de acumulação financeira, pela transferência de recursos do Estado, pelos bancos nacionais, para a recuperação econômica de empresas e monopólios. Tanto ontem como hoje, essas crises expressam a materialidade da



transformação histórica que, após ter convertido os trabalhadores em proletários e as suas condições de trabalho em capital, tem realizado um colossal processo de concentração e centralização de capital, de forças produtivas, de meios de produção, de fontes de matéria-prima e de riquezas nas mãos de poucos capitalistas (Marx, 1982, p. 880-882).

Estou usando o conceito de crise no sentido etimológico da palavra³, reportando-me aos processos e períodos de desequilíbrio e conflito no âmbito econômico, social, político e ideológico (Bottomore, 1988, p. 82). Para Marx, a crise é entendida como o colapso dos princípios básicos que regem o funcionamento de um determinado modo de produção - ou de determinada formação social - sendo importante a distinção entre as crises gerais e as parciais. As crises parciais ou conjunturais são características dos ciclos de desenvolvimento econômico e expressam depressões e colapsos mais ou menos profundos, que não resultam em uma transformação profunda, estrutural, nem das relações econômicas e sociais características desse modo de produção (Bottomore, 1988, pp. 83-85 e 85-89).

De modo estrito, a teorização marxiana das crises, em “O Capital”, decorre da análise das contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, particularmente da tendência geral do desenvolvimento econômico e que resulta do uso intensivo de capital e da incorporação dos conhecimentos científicos nos processos produtivos. Esse processo resultou na concentração e centralização de matérias-primas, meios de produção e capitais, tal como é tratado no capítulo sobre a maquinaria e a grande indústria, no primeiro livro “O Capital” (Marx, 1982, p. 423). Nele, o autor afirma que o contínuo desenvolvimento inevitavelmente produzia ciclos – de produção febril, saturação e estagnação – ou períodos de prosperidade, superprodução, crise e estagnação – demarcados por crises mais ou menos profundas (Marx, 1982, p. 518).

Analisando as condições que levaram à supremacia industrial, Marx analisa o sistema de crédito público, isso é, da dívida pública, que foi uma fundamental alavanca para a acumulação de capital (Marx, 1982, p. 872) ou, ainda, para salvar uma economia em crise. Tal como hoje, o Estado era acionado para injetar recursos públicos para estabilizar a economia, cobrindo os prejuízos do capital e criando as condições

³ “Lat. crise < Gr. Krísiss. Alteração, desequilíbrio repentino; estado de dúvida e incerteza; tensão, conflito” (Cunha, 1986, p. 228). Manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio; Fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das ideias; Tensão, conflito; Transição entre uma época de prosperidade e outra de transição; situação de um governo que encontra dificuldades muito graves em se manter no poder; Situação grave nos acontecimentos da vida social, etc” (Ferreira, [s.d.], p. 402).



necessárias à lucratividade, sobrando aos pagadores de impostos - os trabalhadores - saldarem o rombo financeiro do Estado, de forma que “A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é - sua dívida de Estado” (Marx, 1982, p. 872).

Foi justamente pelo endividamento do Estado que, após a primeira grande crise estrutural do modo de produção capitalista, ocorrida entre 1860 e 1890, foram criadas “as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia” (Marx, 1982, p. 873). As crises parciais e gerais se transformaram em grandes instrumentos de acumulação financeira, graças à ação dos mecanismos de transferência de recursos do Estado para a recuperação econômica de empresas e até mesmo setores inteiros da economia. No centro desses mecanismos estavam os grandes bancos nacionais que

[...] Desde sua origem, os grandes bancos [...] ornados com títulos nacionais não passavam de sociedades de especuladores particulares que cooperavam com os governos e, graças aos privilégios recebidos, ficavam em condições de adiantar-lhes dinheiro. Por isso, a acumulação da dívida pública tem sua mensuração mais infalível nas altas sucessivas das ações desses bancos. [...] (Marx, 1982, p. 873).

Criou-se, assim, um ciclo, no qual a cada crise se amplia a dívida do Estado para cobrir o rombo privado, sendo necessária a ampliação das receitas do Estado, o que é realizado pelo aumento de impostos que, no regime fiscal moderno, conduz à super tributação, transformada em princípio econômico do Estado moderno:

Apoiando-se a dívida pública, que tem de cobrir os juros e demais pagamentos anuais, tornou-se o moderno sistema tributário o complemento indispensável do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem recorrer imediatamente ao contribuinte, mas acabam levando o governo a aumentar posteriormente os impostos. [...] O regime fiscal moderno encontra seu eixo nos impostos que recaem sobre os meios de subsistência mais necessários, encarecendo-os portanto, e traz em si mesmo o germe da progressão automática. A tributação excessiva não é um incidente: é um princípio. [É meio para] manter o assalariado submisso, frugal e... sobrecarregado de trabalho. [...] (Marx, 1982, p. 874)

Na parte final deste capítulo, Marx analisou, de modo atento e perspicaz, a tendência histórica da acumulação de capital, levando-o a tratar dos processos e relações que, com a contraditória transformação histórica de um modo de produção para outro, demonstra que o capitalismo não é eterno, mas que ele não se autodestrói. Assim como não existe autorregulação, não há autorrevolução do capitalismo, eternizando esse modo de produção e o domínio da burguesia (Marx, 1982, p. 880-882).



Não é possível aprofundar a análise teórica das crises, tema que escrevi vários textos⁴, mas é um tema polêmico e sobre o qual há rica produção⁵. Mesmo reconhecendo que há grande polêmica sobre as crises, inclusive quanto à sua ocorrência e datação, são apresentadas algumas observações pontuais e provisórias sobre as três profundas crises estruturais, que provocaram novas revoluções nas forças produtivas e conduziram à reorganização das relações de produção, de distribuição e de troca.

A Primeira Grande Crise foi uma crise de superprodução, sendo também chamada de Grande Depressão (entre 1873 e 1896), resultado do descompasso entre a superprodução de bens manufaturados e um contingente de trabalhadores sem poder aquisitivo para consumi-los. A quebra de empresas levou à concentração de capitais, à formação de poderosos carteis, trustes e sociedades anônimas, levando à ascensão das grandes indústrias e nos monopólios que, controlando as fontes de matérias-primas, a produção e o mercado internacional, tornaram viável o aumento da produção industrial e da industrialização pelo mundo. Lênin (2011), no seu clássico *Imperialismo, Fase superior do capitalismo*, analisou os desdobramentos dessa crise, tendo como principal categoria o “imperialismo” e pelo qual o autor caracterizou a formação do capital financeiro, dos monopólios e a disputa entre impérios econômicos que, até os dias atuais, constitui uma marca característica da concorrência capitalista e da divisão internacional das economias nacionais (Sampaio Júnior, 2011). Foi nesse período que ocorreu a Revolução Russa, inaugurando a série de revoluções ao longo do século XX, assunto que voltaremos proximamente.

A Segunda Grande Crise foi marcada pelo crash da bolsa de valores de Nova Iorque, em 24 de outubro de 1929, a chamada Quinta-Feira Negra, quando ocorreu o crash da Bolsa de Nova Iorque. A crise no mercado de capitais arrastou as economias dos países do bloco capitalista, levando à mundialização das relações econômicas. A burguesia, outrora revolucionária, foi se transformando em uma classe reacionária, apoiando ditadores na instalação de regimes autoritários, dos quais os mais conhecidos foram o fascismo, na Itália, e o nazismo, na Alemanha. A crise foi sendo debelada, gerando novo ciclo de desenvolvimento sob a Segunda Revolução Industrial, com a revolução tecnológica da microeletrônica, da computação, da informática e da robótica,

⁴ Uma síntese desses escritos é a que segue: Lombardi, J. C. Crise capitalista: breves apontamentos. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 27-47, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9603/7027>. Acesso em: 17/12/22.

⁵ Sugiro a leitura de Fontes (2017).



criadas para fins bélicos (Segunda Guerra Mundial), depois incorporada à produção agropecuária e industrial, aos serviços e à vida cotidiana.

Essa foi uma Era de Ouro do capitalismo (os Tempos Dourados), que decorreu das medidas articuladas pelos Estados Unidos e aliados. Nela, governos autoritários também ocuparam o poder em vários países e, no Brasil, com o golpe de Estado, em 1930, instalou-se a ditadura Vargas, terminada em 1945. No entanto, o golpismo do grande capital, em conluio com os Estados Unidos e as Forças Armadas, acompanhou todo esse período histórico até a tomada do poder pelos militares, em primeiro de abril de 1964, instalando uma sangrenta Ditadura Militar, que se prolongou por 21 anos, com perseguição, tortura e morte de milhares de brasileiros. As medidas da burguesia para evitar novas crises foram insuficientes e o ciclo terminou com o colapso dos acordos de Bretton Woods, em 1971, com a crise do petróleo de 1973 e um novo “crash” da bolsa em 1973-1974, conduzindo a economia capitalista à recessão da década de 1970.

A Terceira Grande Crise foi recente e se deu com o *crash* Financeiro Global de 2008. Antes do crash, uma cadeia de crises conjunturais afetou a economia mundial: os dois choques do petróleo (1973 e 1979), a crise do padrão dólar, a insolvência financeira provocada pelas dívidas dos países da América Latina⁶ e a expansão dos fluxos de capitais, com a ciranda das aplicações em bolsas de ações e movimentos especulativos sobre as moedas, provocados tanto pela quebra das paridades fixas, como pela reciclagem dos petrodólares. O acelerado desenvolvimento científico e tecnológico delineou um novo ciclo de desenvolvimento das forças produtivas, chamado de Terceira Revolução Industrial, com a utilização da energia atômica para fins bélicos e econômicos. A introdução de complexo de máquinas cada vez mais avançadas, graças ao uso da microeletrônica, da informática e da robótica rapidamente se transformava em tecnologias para fins bélicos, também incorporada à produção agropecuária e industrial, aos serviços e à vida cotidiana.

Foram várias as crises parciais, antes do efeito dominó da quebra de bancos de 2008. No âmbito do sistema financeiro, houve uma primeira crise, em outubro de 1987, atingindo outros países; em 1989 foi a vez da crise imobiliária do Japão; em 1994 foi a Crise dos Mercados Emergentes; em 1995 adiante, abalos financeiros no Sudeste Asiático, dentre outros. O encadeamento das crises conjunturais desembocou, em 2008,

⁶ Desde o final dos anos 60 e ao longo dos anos 70, muitos países latino-americanos aproveitaram o crédito barato e abundante e se endividaram rapidamente, aplicando os recursos em projetos de infraestrutura, principalmente, gerando altas taxas de crescimento entre 1967 e 1974. Um exemplo foi o Brasil, que, no período, viu o PIB dobrar de tamanho.



na Crise Mundial do Subprime, com a inadimplência no mercado imobiliário americano, levando várias instituições financeiras à falência, por exemplo: o Lehman Brothers, o Bear Stearns e o Merrill Lynch. Novamente, a recuperação se deu pela injeção governamental de recursos públicos na economia privada, salvando bancos, seguradoras, fabricantes de carros, dentre outros. Com uma economia mundializada, rapidamente a crise se tornou internacional e, para recuperar a confiança dos investidores, os governos dos países ricos, a começar pelo norte-americano, socorreram as instituições com problemas de liquidez, realizando compras bilionárias em ações. Como a crise e o conservadorismo caminham juntos, foi ocorrendo uma gradativa reorganização do movimento político conservador, em praticamente todo o mundo e no Brasil, culminando, em 2016, com um novo golpe de Estado, resultado da crescente onda de insatisfação popular, capitaneada pelas organizações e movimento de direita no país, resultando na farsa do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (Krawczyk; Lombardi, 2018). No entanto, o caso brasileiro foi uma das pontas do avanço do conservadorismo no século XXI - sobre o assunto sugiro a leitura da tese de Jéssica da Silva Duarte (2021), bem como vários estudos sobre o avanço do conservadorismo na educação, com iniciativas políticas e movimentos, como a Escola sem Partido, a Base Nacional Comum Curricular, os inacreditáveis projetos de educação domiciliar e de militarização da educação, dentre outros aspectos analisados.

É preciso citar, ainda, a crise econômica, social, cultural, educacional, dentre outras, provocada pela pandemia do Coronavírus, resultando em instabilidades de caráter social, econômico e individual, com efeitos sobre a educação e políticas públicas⁷. Essa crise, do ponto de vista econômico, inaugurou um rompimento simultâneo da oferta e da demanda por bens e serviços, em decorrência do isolamento social, com impactos na oferta de produtos e serviços, perda do poder aquisitivo e deterioração das perspectivas futuras.

Sobre a transição, foi Marx quem primeiro se debruçou sobre o desenvolvimento cíclico do capitalismo, no qual a crise é uma etapa de negação do ciclo anterior. Ele analisava esse movimento, desde o seu privilegiado posto de observação e utilizando o rigor lógico-dialético para desvelar o processo de transformação histórico, de modo análogo ao ocorrido na transição do modo feudal de produção para o capitalista, delineou as linhas gerais da destruição e da transformação então em curso no modo capitalista de produção (Marx, 1982, p. 880-882). Seguindo o fio-condutor traçado por Marx, é preciso

⁷ Um exemplo disso é a matéria de Wagner Azevedo, CFA, Sócio Administrativo da G5 Partners, disponível no link: <https://g5partners.com/insights/as-grandes-criises-financeiras-e-seus-legados-para-as-geracoes-futuras/>. Acesso em: 17/12/22.



analisar mais profundamente esse processo, até os dias atuais, tratando das transformações estruturais dos principais pilares da sociedade burguesa, que estão ruindo nesse processo, no que tange à: propriedade privada que, para o capital, é sociedade anônima; ao mercado, que transformou-se em monopólio; à liberdade, que se tornou mera abstração ideológica, pois a intervenção paira sobre a geopolítica internacional e a vigilância sobre todos e cada um, por câmeras estrategicamente instaladas, é justificada pela suposta necessidade para garantir a liberdade individual.

Analisar a transição em processo, implica considerar que o capitalismo não é eterno, mas que ele também não se autodestrói, no sentido de que como não existe autorregulação, também não é possível autorrevolução sob o capital (Lombardi, 2016; 2020). As contradições é que levam às transformações e, para as sociedades humanas, essas se manifestam e se realizam na luta entre as classes sociais. Nessa direção, foi que movimentos revolucionários e nacionalistas, em ondas sucessivas, ocorreram desde o final do século XIX e ao longo do século XX (Lombardi; Lima, 2020), dando-se em 17 de março de 1871 o primeiro movimento propriamente revolucionário - a Comuna de Paris - instalando o primeiro governo proletário da história (Lombardi, 2020; 2001; 2002).

Um fato precisa ser destacado: tal qual a revolução burguesa no final do século XVIII, a revolução proletária ocorreu na segunda década do século XX. Essa, tal qual a Revolução Francesa para demarcar o fim do antigo regime e a vitória política da burguesia revolucionária, definiu o início do fim do Estado burguês, alçando os trabalhadores no controle do poder do Estado (Lombardi, 2020, p. 179). Sobre o assunto, acompanho Eric Hobsbawm, no seu “A Era dos Extremos” (1995), para quem a Revolução Bolchevique foi um fato fundamental para história do Século XX, tal qual o foi a Revolução Francesa para demarcar o fim do antigo regime e a vitória política da burguesia revolucionária. Ademais, “pela primeira vez na história o problema da construção de uma sociedade socialista deixou de ser abstrato” e, ao longo do século XX, a URSS se tornou um ponto de referência essencial (Hobsbawm, 1985, p. 16).

Para encerrar essa incursão, concordo com István Mészáros (1989; 2002), que não há saída sob o capitalismo, pois esse é um sistema destrutivo; não apenas pela sua racionalidade, sendo o lucro de uma irracionalidade destrutiva da natureza/meio ambiente, mas, principalmente, porque destrói o trabalhador, colocando, crescentemente, massas humanas na marginalidade e na mais absoluta miséria e carência dos meios básicos necessários à vida. Apesar das previsões apocalípticas, enunciadas a todo momento, partilho do entendimento que “[...] a humanidade coloca sempre a si mesma



apenas as tarefas que pode resolver”, pois no entendimento de Marx, “a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução”, como registrou no Prefácio à Contribuição à crítica da economia política (Marx, 1859).

3. CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO DOMESTICADORA PARA O CAPITAL X EDUCAÇÃO CRÍTICA PARA O TRABALHADOR

Não é novidade o papel da educação na formação das novas gerações para a sociedade. Ocorre que a abstração contida na palavra “sociedade” encobre que há classes sociais diferentes e opostas, com situações completamente opostas, como o acesso aos meios de produção, à riqueza e aos bens materiais e culturais. Essa é uma situação profundamente desigual, com interesses diferenciados e opostos. Nas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, a educação cumpre um papel de instrumento à serviço da inculcação ideológica, de transmissão dos saberes e valores sociais necessários à vida social e de formação e disciplinamento dos indivíduos e grupos sociais, conforme as necessidades da formação social para sua reprodução econômica, cultural e societária.

A própria ideologia nas sociedades classistas é produzida pelas classes dominantes e difundidas para toda a sociedade, conforme a seminal análise de Marx e Engels (1974), em “A Ideologia Alemã”. Assim, a ideologia dominante é imposta para toda a sociedade, por convencimento, graças à mediação dos diferentes aparelhos ideológicos de Estado, mas também pela força repressiva para submeter os recalcitrantes e contrários à concepção dominante - como clara e polemicamente analisou Louis Althusser (1980), em “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, buscando adequá-los às normas e valores dominantes e, no limite, à pena de morte.

Entretanto, como defendo que a contradição é o modo de ser de tudo que existe, da matéria, da natureza, da sociedade e do indivíduo, temos que tratar a sociedade e a educação, particularmente no modo de produção capitalista, como atravessada por profundas contradições que se expressam na luta de classes, fora e dentro da escola. A luta de classes, determinada na estrutura econômica da sociedade, perpassa a estrutura social, também se expressando na estrutura ideológica e na educação, relação didaticamente sistematizada pelo educador argentino Aníbal Ponce, em “Educação e Luta de Classes”, que percorreu a história da educação e a luta de classes desde o modo de



produção comunista primitivo até o modo de produção capitalista, passando pelo modo de produção escravista e feudal (Ponce, 1990).

Certamente, essa se trata de uma obra datada, teoricamente orientada pelo marxismo soviético, já devidamente criticado, com a indicação dos limites mecanicistas e economicistas do marxismo soviético. Apesar disso, trata-se de um manual da história da educação que, de modo claro e didático, analisa a transformação da educação no interior dos modos de produção e de como a luta de classes foi se configurando e se transformando ao longo da história. Ainda mantenho a sua indicação para os alunos e, se possível, fazendo a leitura de uma obra de “História da Educação” mais atualizada, como a de Franco Cambi que, apesar de não analisar a transformação histórica numa perspectiva marxista, faz uma análise abrangente e contextualizada da educação (Cambi, 1999).

Não cabe no presente texto uma síntese da História da Educação e da Pedagogia, mas focar na análise que tenho feito sobre a educação no capitalismo, centrada no período contemporâneo, quando o chamado neoliberalismo tem avançado na mercadorização da educação, transformando o ensino em negócio para os grandes conglomerados financeiros. Essa incursão já tive oportunidade de realizar em vários textos e aqui estou reproduzindo parte do capítulo sobre a “Crise do capitalismo e a educação” (Lombardi, 2016, pp. 61-94).

A contemporaneidade, como se sabe, é o resultado do processo histórico passado pelos seres humanos de forma particular, mas também se expressando de modo universal. Em outras palavras, o presente, na sua concretude empírica e como concreto pensado é uma síntese das múltiplas determinações vivenciadas pelos homens, como registrou Marx (1859) no seu “Método da Economia Política”. Por isso, se queremos entender e analisar o que ocorre nas relações concretas entre os homens, indo do concreto empírico (a realidade imediata) ao concreto pensado (a representação teórica no pensamento), temos que colocar os nossos olhos no retrovisor da história, de modo a ultrapassar as aparências que acobertam as causas do que a humanidade vivencia, buscando entender as características fundamentais das relações entre os homens e desses com a natureza.

Atualmente, a preocupação da economia política burguesa com a educação se deu numa dupla direção: por um lado, pela teoria do capital humano; por outro, pelo surgimento de uma avassaladora onda neoliberal. Com relação à Teoria do Capital



Humano⁸, criada em meados dos anos 1950, por Theodore W. Schultz⁹, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago, essa busca explicar os ganhos de produtividade do “fator humano” na produção, concluindo que o trabalho humano, quando qualificado pela educação, é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, das taxas de lucro do capital. Para Schultz (1973, p. 19), “as escolas podem ser consideradas empresas especializadas em 'produzir' instrução”, sendo uma “instituição [que] pode ser encarada como uma indústria”. Na sua concepção de capital humano, é pela educação que se dá a aquisição de todas as habilidades e conhecimentos úteis e que constituem um investimento deliberado.

Para o autor, outros fatores também são importantes para o capital humano, como a formação, a saúde e os investimentos na melhoria das condições de vida dos indivíduos. Implementada na educação, a teoria do capital humano produziu uma concepção tecnicista de ensino, dando carapaça “científica” à ideia de que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico, melhorando o “capital” dos indivíduos para o trabalho e, portanto, aumentando os salários. A teoria do capital humano deslocou para o âmbito individual a inserção social, o emprego e o desempenho profissional, dotando a educação de um “valor econômico”, equiparando o capital e o trabalho como meros “fatores de produção”¹⁰.

Com relação ao avanço da onda neoliberal¹¹, essa foi avassaladora em âmbito mundial. Caracteriza-se menos como uma teoria econômica (e política) e mais como uma

⁸ Conforme o verbete “Teoria do Capital Humano”, elaborado por Lalo W. MINTO, para o Projeto Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: HISTEDBR, FE, UNICAMP, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_do_capital_humano.htm Acesso em: 17/12/22.

⁹ Pelo desenvolvimento da teoria do capital humano, Schultz recebeu, em 1968, o Prêmio Nobel de Economia.

¹⁰ A Teoria do capital humano se encontra exposta nas obras de Theodore Schultz, “O valor econômico da educação” ((1963) - nas citações e referências, usei, neste texto, a edição de 1973) e “O capital humano – investimentos em educação e pesquisa” (1971) e Gary S. Becker (1964, 1993). “Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education Chicago”. Também é preciso conhecer a obra Frederick H. Harbison e Charles A. Myers, “Educação, mão-de-obra e crescimento econômico” (1965). No Brasil, a referência é Cláudio de Moura Castro, “Educação, educabilidade e desenvolvimento econômico” (1976). Para a crítica da teoria do capital humano, pode-se consultar, entre outras, as obras de José Oliveira Arapiraca, “A USAID e a educação brasileira” (1982); Gaudêncio Frigotto, “Educação e capitalismo real” (1995) e Wagner Rossi, “Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista” (1978).

¹¹ Verbetes “Neoliberalismo”, de Lalo Watanabe Minto, para o Projeto Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: HISTEDBR, FE, UNICAMP, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_neoliberalismo1.htm. Acesso em: 17/12/22.



doutrina produzida pelas frações mais conservadoras da intelectualidade orgânica da burguesia. Apesar de ter sido formulado após a Segunda Guerra Mundial, passou a ser politicamente adotado somente nos anos de 1970. A publicação do livro “O Caminho da Servidão”, de Friedrich August von Hayek¹², em 1946, é considerado o marco do nascimento do neoliberalismo, com o autor se posicionando contrário ao planejamento econômico e ao coletivismo predominantes em vários países - como Alemanha, Itália e União Soviética - antes da Segunda Guerra Mundial, conforme Perry Anderson (1995). A partir da obra de Hayek e das doutrinas da Sociedade Mont Pèlerin, originou-se a chamada Escola Austríaca do Neoliberalismo.

Outra vertente do neoliberalismo se deu com Milton Friedman¹³, que liderou a chamada Escola de Chicago. Partindo da crítica às políticas econômicas instauradas pelo Presidente Roosevelt, denominadas de New Deal, na década de 1930, pela qual houve intervenção do Estado na economia, com o objetivo de reverter a depressão econômica e a crise causada pelo crash da Bolsa de Valores, Friedman se posicionou contrário a qualquer tipo de regulação das ações das empresas, defendendo uma teoria econômica que ficou conhecida como “monetarista”.

Friedrich August von Hayek e Milton Friedman foram críticos do caráter autoritário do Estado, dos seus encargos sociais e da sua atuação reguladora, impedindo a plena realização das liberdades individuais e o livre mercado, base da prosperidade econômica. Eles propuseram o afastamento do Estado das atividades econômicas, a realização de inúmeras reformas institucionais para garantir o livre mercado e a livre circulação dos capitais, deixando como única ação reguladora possível a do mercado. Eles prescreveram a privatização de todos os setores da economia nacional, a transferência de serviços públicos ao setor privado, a desregulamentação do sistema financeiro, a redução dos encargos e direitos sociais, a redução dos gastos governamentais, entre outras. Sinteticamente, a fórmula mágica neoliberal é a defesa de um Estado mínimo e o máximo de mercado - o mínimo para o social e o máximo para o capital.

Com relação à educação, tomando a dos Estados Unidos como parâmetro, eles concluíram que era um retumbante fracasso. Com base nessa suposta constatação, foram questionadas as causas e as possíveis soluções para o fracasso da educação pública. A causa era a mesma para a economia e para a sociedade: intromissão do Estado em todas as dimensões da vida social, levando à burocratização e à centralização.

¹² Hayek dividiu, em 1974, o Prêmio Nobel de Economia com o seu inimigo teórico Gunnar Myrdal.

¹³ Friedman foi o ganhador do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 1976.



Assim, “o papel crescente do governo no financiamento e administração da escolarização levou não só ao enorme desperdício do dinheiro dos contribuintes, mas também a um sistema... medíocre” (Friedman; Friedman, 1980, p. 187).

Diante disso, a melhoria do ensino se daria, para eles, com o rompimento do controle do governo, do corporativismo dos educadores profissionais, pela ampliação de investimentos privados, introdução do pagamento de anuidades para os alunos, implementação da frequência não obrigatória e instauração da confiança no mercado, estimulando, enfim, relações voluntárias no interior e entre as escolas. Assim, os autores propuseram a adoção do chamado "Plano de cupons" que, conforme concebiam, era "uma solução apenas parcial porque não afeta nem o financiamento da educação nem as leis de frequência obrigatória (Friedman; Friedman, 1980, p. 162). Não há camuflagem quanto à concepção neoliberal de educação: é uma atividade como qualquer outra existente no mercado, nada diferenciando a escola da indústria, do supermercado, do restaurante ou qualquer outra forma existente no mercado privado.

É preciso lembrar que as políticas neoliberais foram implementadas pelos Chicago Boys no Chile, com a colaboração direta de Hayek, durante a Ditadura do General Augusto Pinochet, ainda nos anos 1970, antecipando em uma década a sua adoção no Reino Unido, por Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos, por Ronald Reagan. Nos anos 1990, sobretudo na América Latina, o receituário neoliberal foi assumindo gradativamente a hegemonia das políticas dos diferentes governos, independentemente de partido. O receituário neoliberal foi acompanhado por uma guinada na educação e nas redes educacionais, passando a ser um campo aberto para os negócios educacionais.

Para o capital não há crise no que diz respeito à educação, pois a mercadorização da educação a transformou de direito em um negócio de alta lucratividade, controlado por grupos monopolistas, operando em escala internacional, controlando a educação tal qual os demais conglomerados oligopolizados: pelo controle acionário e o jogo das ações nas Bolsas de Valores. Para isso, transformam a educação pública (estatal) em problema que, por suas características, vai sendo restringida ao atendimento dos filhos dos trabalhadores e do lumpesinato - as massas colocadas na marginalidade, no campo e na cidade.

O avanço privatista da educação, capitaneada pelos “reformadores empresariais da educação”, como os denomina Luiz Carlos de Freitas, para quem essa constitui a forma que o ensino tem assumido na contemporaneidade (Freitas, 2016, 2018). Esse processo de avanço do negócio educacional, tem se dado não apenas pela expansão das



instituições privadas com fins lucrativos, mas também pelo crescente controle do capital sobre as redes públicas (estatais) da educação e, principalmente, pela privatização do público (do estatal), mais especificamente, pelo domínio e controle da educação pelas organizações criadas pelos grandes empresários e financistas.

Para avançar nos diferentes níveis e dimensões da educação, as organizações empresariais foram criando, tal qual um polvo, tentáculos que possibilitam o efetivo controle sobre o que e como é transmitido aos alunos. Ademais, foram criados mecanismos para apropriar-se dos recursos públicos da educação em benefício da acumulação de capital, como a construção das escolas, o fornecimento de mobiliário, a produção e distribuição de material pedagógico, a formação de professores, o ranqueamento da qualidade, pela realização de testes para demonstrar o quanto a qualidade do ensino - expressa na aprendizagem - segue precaríssimo. A culpa disso recai sobre o Estado, que gasta muito e mal; sobre os professores, que não se empenham no trabalho realizado junto aos alunos, enfim nos alunos, que não aproveitam as oportunidades oferecidas; sem esquecer dos gestores que, como funcionários públicos, buscam apenas garantir os seus privilégios, como mencionado por eles.

No entanto, é preciso adentrar nas contradições que perpassam a educação, com a luta de classes atravessando os debates das políticas educacionais, ficando mais visível nos embates legislativos e nas conferências para a definição das bases fundantes dos Planos Nacionais de Educação. Esse embate também ocorre no âmbito das teorias pedagógicas, com a elaboração de uma concepção pedagógica hegemônica, capitaneada pelos conservadores neoliberais, e que está profundamente analisada por Newton Duarte que as vem denominando de pedagogias do aprender-a-aprender (Duarte, 1996; Duarte, 2001). No lado oposto, na perspectiva da formação crítica dos trabalhadores, defendendo uma perspectiva emancipatória, também tem ocorrido a elaboração teórica e prática de pedagogias contra-hegemônicas, tal como analisado por Dermeval Saviani (2007), nos capítulos XIII e XIV, da sua “História das Ideias pedagógica no Brasil”.

4. EM BUSCA DE SAÍDAS: CURVANDO-SE PARA O LADO DA FORMAÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA

É perfeitamente compreensível o atual estado de crise societária que vivemos, inclusive o contraditório processo que estamos presenciando na educação. Para adentrar em nas considerações finais, o questionamento que me atormenta pode ser assim



enunciado: será que não há mesmo nenhuma força ou classe social que, sob os escombros do velho modo de produção, reverta a barbárie em andamento, redirecionando a humanidade no caminho da construção de uma nova e superior civilização?

Penso que é exatamente a discussão em torno dessa questão que a dimensão da atual crise recoloca. Reafirma-se que Marx tinha razão em prognosticar que o modo de produção capitalista seria compelido a revolucionar incessantemente a produção, a aumentar a massa de mercadorias, mercadorizando todas as coisas, todas as relações e, enfim, transformando tudo em mercadoria. O brutal desenvolvimento das forças produtivas, a constante transformação da produção, tem ampliado incessantemente a esfera de influência do capital, assim como do espaço geográfico do circuito mercantil, da acumulação de mais riquezas, englobando mais contingentes populacionais no processo. Com o aumento da potência produtiva, a expansão da especulação e da acumulação, a revolução técnica incessante, todo o planeta, todos os setores econômicos, todas as empresas, transformadas em monopólios e oligopólios, passam a ter os seus destinos igualmente cada vez mais interrelacionados.

Ademais, aumenta-se a concentração de renda e, com a massiva utilização de robôs e máquinas que reduzem a necessidade de trabalho humano, uma grande massa de trabalhadores é colocada fora do mercado de trabalho formal, numa condição de emprego precarizado - “uberizados” - e de marginalidade econômica e social. Em decorrência da destruição ambiental e da mudança climática, bem como do aumento exponencial da miséria, a barbárie avança sob as mais diferentes formas: a fome, a sede, a migração em massa, o crime organizado ocupando os morros e as periferias, no campo e na cidade.

Com o avanço da barbárie, também o processo de transformação em curso aponta para a necessidade de uma saída revolucionária. Nesse sentido, foi um alento ler a entrevista de Álvaro Garcia Linera - ex-Vice-presidente da Bolívia - com o sugestivo título: “Precisamos de uma Internacional de movimentos sociais”. Para Linera, vivemos, hoje, um momento germinal:

É um momento de reconstrução plural do pensamento de esquerda, ainda primitivo. [...] Não nos desesperemos por não ter as coisas consolidadas agora... Isso vai demorar 20 anos pelo menos, depois de várias derrotas, de várias vitórias e outras derrotas. Este é um momento germinal... é um processo longo e lento, [que] vai requerer ainda várias levas de ascenso social e popular que permitam despertar toda a potência desse momento histórico, que ainda não se fez visibilizar totalmente. [...] Não esqueça que Marx usava o conceito de revolução por ondas. Elas vão e voltam, logo vêm de novo e regressam um pouco. A onda atual é das primeiras, logo



haverá um pequeno refluxo à espera de uma nova onda que permitirá, a depender dos homens e mulheres de carne e osso, expandi-la a outros territórios e aprofundar as mudanças que até agora são superficiais, parcialmente estruturais (Linera, 2009, [s.p.]).

Para Linera, as forças populares estão, atualmente, freando o esvaziamento social, provocado pelas políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que lutam para ampliar os direitos sociais, assumindo um papel prioritário na geração da riqueza e na sua distribuição. O entrevistado aponta alguns dos principais movimentos que ocorrem no continente, como as experiências em curso na Argentina, no Brasil, na Venezuela e na Bolívia, nas quais se busca “um desenvolvimento diferente à economia de escala, com tecnologias alternativas, articulações de produção” (Linera, 2009).

Para ele “não há comunismo que não venha da sociedade”, pois não se implanta um novo regime por decreto, as potencialidades comunistas da sociedade ainda se apresentam de forma dispersa, possuindo uma presença embrionária. Para o autor, ainda “não estamos diante de uma perspectiva de superação do capitalismo”, mas emergem “ações da sociedade que apontam para o socialismo, construído pelas próprias classes trabalhadoras” (Linera, 2009).

O seu entendimento é que, nesse momento, é necessário superar a organização fragmentada implementada pelo neoliberalismo, pois este “reduziu as articulações a uma união via ONGs”. É preciso uma retomada dos movimentos sociais e uma articulação cada vez mais autônoma e ampliada. Taticamente, entende-se que é hora de projetar uma internacional continental de movimentos sociais, talvez depois em nível mundial. Questionando quanto as reais possibilidades de retomada política da direita, o autor afirma que:

O século 21 exige novos compromissos, maiores ações e a melhor experiência a ser resgatada está nas reflexões de Marx sobre a Primeira Internacional, onde se juntaram partidos, sindicatos, agremiações, marxistas, anarquistas, socialistas... articulavam-se continentalmente com debilidade, mas com firmeza e vinculação de suas decisões. [...] Precisamos de um novo passo já nessa década: uma internacional de movimentos sociais com maior capacidade de vinculação em suas decisões, de mobilização desde os países e com uma agenda comum debatida continentalmente por eles para defender esse processo, para controlá-lo e radicalizá-lo (Linera, 2009).

Tratando sobre o projeto estratégico de construção da sociedade comunista, o autor volta a sua atenção para o projeto revolucionário, afirmando que

O sujeito revolucionário é o que faz a revolução. Não há uma predestinação para definir quem será... O que está claro é que o sujeito revolucionário vem do mundo do trabalho sob a forma de camponês, de comunário, de indígena, de operário, de jovem, de intelectual, de integrante de associações de bairros (Idem, ibidem).

Para ele, esse entendimento “não contradiz as reflexões de Marx”, pois o sujeito da revolução “segue sendo o mundo trabalho”, mas este “se complexificou infinitamente frente ao que ele conheceu” (Idem, ibidem). A sua ênfase é que o comunismo não é uma ideia que tem que ser implantada, mas é uma realidade a ser construída por homens reais, nas suas lutas, nas suas conquistas, que também implicam derrotas. Esse é um processo contraditório com avanços e recuos, como uma maré.

Mesmo com o otimismo de Linera, reconheço que é um momento complexo e que há vários possíveis rumos da história, num leque que vai desde revolucionar a ordem vigente em direção ao “reino da liberdade” até a possibilidade de que o capital destrua as condições de vida animal no Planeta Terra. Com relação às saídas conjunturais, tenho dificuldades em compactuar com a alternativa político eleitoral como uma saída estratégica, mas reconheço, entretanto, que a via eleitoral é uma tática que não pode ser abandonada.

No entanto, para que seja uma prática efetiva para a maior participação da população nos seus próprios destinos, é preciso adotar formas de organização coletiva para o encaminhamento dos mais diferentes assuntos - como os Conselhos locais, municipais, estaduais e nacionais (de Escola, de Saúde, de bairro), ampliando as formas reais de participação. A ampliação da democracia, graças à internet, tornou possível a realização de consultas populares, de eleições e uma maior participação direta da população.

Penso que são muitas questões e exemplos que, historicamente, apontam que há possibilidades de transformação profunda de todo o modo de existir dos homens. Após as trágicas experiências do século XX, das quais ninguém, à direita ou à esquerda, está em condições de lançar pedra alguma, dificilmente se pode pressupor que a revolução resulte de um evento, de um golpe de Estado ou da derrubada insurrecional do poder do Estado.

Precisamos avançar no entendimento da revolução como um processo de transformação, como a implosão do edifício social característico das velhas relações, marcadas pela exploração do trabalho pelo capital, com a emergência progressiva de novas e revolucionárias relações, identificadas com novas bases e fundamentos sociais. Ainda nesse contexto, será necessário defender Marx e o marxismo, como registrou



Hobsbawm, na sua obra “Sobre História”, subsidiando as reflexões sobre a atualidade do marxismo (Hobsbawm, 1998, p. 184).

Fazendo a defesa de uma perspectiva histórica que não renunciou a entender como o mundo veio a ser o que é hoje, e muito menos de plantear uma alternativa revolucionária para um futuro melhor, não custa insistir: para que isso ocorra, é preciso que estratégica e taticamente busquemos a superação da lógica do capital, indissolúvelmente articulada à construção de uma “educação para além do capital”, como aponta Mészáros (2005, p. 71), arrematando que:

[...] a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação [...] (Mészáros, 2005, p. 76).

Ademais, nessa direção tenho insistido que é preciso abrir ainda mais o debate, a organização e a formação das massas, mantendo acesa a perspectiva de construção revolucionária de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. É com esse projeto que, como educadores, precisamos lutar para que todos os homens tenham acesso a uma educação que os prepare para uma vida social que vá além do capital (Mészáros, 2005). Faz-se mister que se possibilite a todos o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade, numa perspectiva de uma escola única, integral e voltada à formação omnilateral dos educandos, bem como que todos os homens possam usufruir de uma educação crítica, universalizada em todos os seus ciclos e centrada nos conteúdos historicamente produzidos pela humanidade (Lombardi, 2005, p. xxvii; Lombardi, 2020).

É nessa direção que entendo as reflexões de Dermeval Saviani (1987), “Escola e Democracia”, tratando do problema da marginalidade, posto que, em 1970, 50% dos alunos estavam em situação de semianalfabetismo na maioria dos países da América Latina. Em relação a essa problemática, Saviani classificou as teorias educacionais em dois grupos, ressaltando que ambos buscam explicar a marginalidade traçando um paralelo entre educação e sociedade. O primeiro grupo foi denominado de “Teorias não-críticas”: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Tecnicista. Essas são teorias que entendem a educação como instrumento de equalização social, de superação da marginalidade. O segundo grupo denominou de “Teorias Crítico-Reprodutivistas”, abrangendo a Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica, a Teoria da Escola como Aparelho Ideológico do Estado e a Teoria da escola Dualista.



Essas compreendem a educação como instrumento de discriminação social, ou seja, como fator de marginalização. Saviani discute em cada uma dessas teorias a questão da marginalidade, concluindo que “[...] enquanto as teorias não-críticas pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade por meio da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso” (Saviani, 1987, p. 24).

Em vista dos limites dessas teorias pedagógicas, Saviani chegou à conclusão de que a tarefa de uma teoria crítica, mas que não seja reprodutivista, é superar tanto o poder ilusório, característico das teorias não-críticas, como a impotência, presente nas teorias crítico-reprodutivistas, colocando “nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado” (Saviani, 1987, p. 25). No capítulo “Escola e democracia I: a Teoria da Curvatura da Vara”, o autor tratou do ensino desenvolvido na escola de primeiro grau, pensando nas funções políticas desse ensino, apresentando três teses políticas.

A primeira de caráter filosófica-histórica é assim enunciada: “do caráter revolucionário da pedagogia da essência e do caráter reacionário da pedagogia da existência”. A segunda tese é pedagógico-metodológica: “do caráter científico do método tradicional e do caráter pseudo-científico dos métodos novos”. A terceira, como uma síntese, é entendida como política-educacional: “quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e de como, quando menos se falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática”. Contestando as crenças escolanovistas que se tornaram hegemônicas, Saviani se refere à Teoria da Curvatura da Vara, enunciada por Lênin quando criticado por assumir posições radicais, concluindo que quando a vara está torta, ela fica curvada para um lado e caso queira endireitá-la, é necessário curvá-la para o lado oposto.

Se a vara está torta do lado das pedagogias do aprender-a-aprender, é preciso curvá-la para o outro lado, na perspectiva de uma pedagogia que busque, pela escola, superar a dominação burguesa, em uma escola fundada numa pedagogia histórico-crítica¹⁴ em que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 1991, p. 13), numa já clássica citação feita por Saviani, em “Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações”.

¹⁴ Estão disponíveis dois Dossiês que possibilitam acesso à bibliografia sobre a Pedagogia Histórico-Crítica: Dossiê Dermeval Saviani (<https://marxismo21.org/dermeval-saviani-um-marxista-da-educacao/>) e Dossiê Pedagogia Histórico-Crítica (<https://marxismo21.org/pedagogia-historico-critica/>).



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**. São Paulo : Cortez, 1982.

AZEVEDO, Wagner. As grandes crises financeiras e seus legados para as gerações futuras. **G5partners**, s/d. Disponível em: <https://g5partners.com/insights/as-grandes-crisis-financeiras-e-seus-legados-para-as-geracoes-futuras/>. Acesso em: 17/12/22.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A crise, trocada em graúdos. *In*: **Caros Amigos**. São Paulo : Editora Casa Amarela, 2008. p. 14-15

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Nada de novo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 2008. Caderno Dinheiro.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CASTRO. Cláudio de Moura. **Educação, educabilidade e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1976.

DOSSIÊ Dermeval Saviani. Disponível em: <https://marxismo21.org/dermeval-saviani-um-marxista-da-educacao/>. Acesso em: 27/03/24.

DOSSIÊ Pedagogia Histórico-Crítica. Disponível em: <https://marxismo21.org/pedagogia-historico-critica/>. Acesso em: 27/03/24.

DUARTE, Jéssica da Silva. **O avanço do conservadorismo no Brasil e nos Estados Unidos no século XXI**. Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro. 2021. 205 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/237461>. Acesso em: 17/02/24.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a Escola de Vigotski**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, [s/d].



FONTES, Virgínia. **Capitalismo, crises e conjuntura**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6NmRJcx4Z98gmSSp4cCwLy/?lang=pt>. Acesso em: 06/11/23.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três Teses Sobre As Reformas Empresariais Da Educação: Perdendo A Ingenuidade. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RmPTyx4p7KXfcQdSMkPGWFy/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 17/12/23.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Roser. **Liberdade de Escolher** - O novo liberalismo econômico. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e capitalismo real**. São Paulo : Cortez, 1995.

HOBSBAWM. Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos**: o breve Século XX - 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo**: São Paulo: Paz e Terra, 1985.

KRAWCYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_fe2aef4ed34349e586ff5ef84a17f916.pdf. Acesso em: 19/10/22.

LENIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: FE/Unicamp, 2011. Link <https://www.editoranavegando.com/imperialismo-fase-superior#:~:text=Imperialismo%3A%20Etapa%20superior%20do%20capitalismo>. Acesso em: 19/10/22.

LINERA, Álvaro García Linera. **Precisamos de uma Internacional de movimentos sociais**. São Paulo 18 nov. 2009. Entrevista concedida a Brasil de Fato. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/201cprecisamos-de-uma-internacional-de-movimentos-sociais201d>. Acesso em: 25/12/22.

LOMBARDI, J. C. A educação e a Comuna de Paris: contribuição ao debate comemorativo dos 130 anos. *In*: BOITO JÚNIOR, Armando. (Org.) **A Comuna de Paris na história**. São Paulo: Xamã, 2001, p. 157-168.

LOMBARDI, J. C. A Educação e a Comuna de Paris: notas sobre a construção da escola pública, laica, gratuita e popular. *In*: ORSO, Paulino José; LERNER, Fidel; BARSOTTI, Paulo. **A Comuna de Paris de 1871**: história e atualidade. São Paulo: Ícone, 2002.

LOMBARDI, J. C. Crise capitalista: breves apontamentos. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, BA - Salvador, v. 2, n. 1, p. 27-47, jan 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9603>. Acesso em: 19/03/24.



LOMBARDI, J. C. Crise do capitalismo e educação - Algumas anotações. *In*: LOMBARDI, J.C. (org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2016. <https://www.editoranavegando.com/copia-temas-em-educacao-1>

LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D. (orgs.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

LOMBARDI, J.C.; LIMA, M. (Orgs.) **Educação e revolução**: as revoluções nos séculos XIX e XX e as possibilidades de uma nova educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020a. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_a61ea2ca612a41b4a5ef6e9d35f0b2a8.pdf. Acesso em: 19/03/24.

LOMBARDI, J. C.; BEZERRA NETO, L. Educação e revolução: as revoluções dos séculos XIX e XX e os fundamentos de uma pedagogia comunista. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos. (Orgs.). **Educação e revolução**: as revoluções nos séculos XIX e XX e as possibilidades de uma nova educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020b. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_a61ea2ca612a41b4a5ef6e9d35f0b2a8.pdf. Acesso em: 19/03/24.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1974.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. v. I

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. v. II

MARX, Karl. **Prefácio** - Contribuição à crítica da economia política. 1859. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 19/03/24.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINTO, Lalo W. **Neoliberalismo (Verbetes)** - Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: HISTEDBR, FE, UNICAMP, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_neoliberalismo1.htm. Acesso em: 19/03/24.

MINTO, Lalo W. **Teoria do Capital Humano (Verbetes)** - Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: HISTEDBR, FE, UNICAMP, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_%20do_capital_humano.htm. Acesso em: 19/03/24.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de Classes**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

ROSSI, Wagner. **Capitalismo e educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista (1978).



SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Apresentação: Por que voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. *In*: LENIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Campinas, SP: FE/Unicamp, 2011. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/imperialismo-fase-superior#:~:text=Imperialismo%3A%20Etapa%20superior%20do%20capitalismo>. Acesso em: 19/03/24

SANTANA, Luiz Carlos. **Liberalismo, ensino e privatização**: um estudo a partir dos clássicos da economia política. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica** - Primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

SMITH, Adams. **Investigación Sobre la Natureza y Causas de la Riqueza de las Naciones**. México: Fondo de Cultura Ecomómica, 1958.

